



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO DE CAMPOS



PROVA ESCRITA OBJETIVA

CARGO: **GUARDA-CIVIL MUNICIPAL**

DATA: 15/09/2019 – HORÁRIO: 8h30min. às 12h30min. (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o seguinte material:
 - a) Este caderno com 50 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - b) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da Prova.**OBS: Para realizar sua Prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.**
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço apropriado do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das Provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura.
12. O tempo de duração para esta Prova é de **4 (quatro) horas**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se definitivamente da sala de Prova depois de **3h30 (três horas e trinta minutos)** do início desta.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	

CONCURSO PÚBLICO – GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAPITÃO DE CAMPOS-PI / 2019
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da Prova.

N ° DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **04**.

TEXTO 1**Direitos humanos são de todos**

[...] Faço um desabafo diante do crescente pensamento que, de forma simplista e perigosa, vem desconsiderando conquistas históricas da humanidade. É comum ouvir que os direitos humanos servem para defender bandidos. Essa falaciosa afirmação, que encontra eco em diversos setores sociais, rasga uma história de luta permanente pela dignidade da pessoa humana, pela proteção dos indivíduos contra regimes autoritários e pela consolidação das liberdades individuais.

Os direitos humanos estão presentes no nosso cotidiano, algumas vezes de forma quase imperceptível. Estão na liberdade de ir e vir, na liberdade de expressão e manifestação (assegurando, inclusive, o direito de criticar os próprios direitos humanos) e no direito de eleger representantes políticos. Também ocorrem quando exigimos do poder público bons serviços de saúde, educação e segurança. Manifestam-se no direito ao trabalho, bem como na garantia de lutar contra a intervenção excessiva do Estado nas nossas vidas. Revelam-se no combate às formas de preconceito e no direito à acessibilidade [...].

Eles são amplos, universais e inalienáveis. Os direitos humanos não pertencem a partidos, ideologias ou determinados grupos de pessoas. Portanto não é crível que possamos ser contra essas garantias que foram conquistadas – e continuam sendo! – à custa de muitos esforços individuais e coletivos. A construção de um País mais seguro, livre, justo, tolerante e plural depende da afirmação, e não da negação, dos direitos humanos. Que construamos uma nova sociedade, mas não esqueçamos das barbáries do passado. E que, também, não façamos tábula rasa da história e das conquistas de toda a humanidade.

SANTOS, Luiz Fernando Barbosa dos. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/03/opiniaio/617565-direitos-humanos-sao-de-todos.html Acesso em: 10.08.19.

- 01.** Considerando as ideias apresentadas no texto, qual a tese defendida pelo autor?
- Os direitos humanos não servem para defender bandidos.
 - A construção de um País mais seguro depende de todos.
 - Não podemos fazer tábula rasa da nossa história.
 - Todos os seres humanos são iguais em direitos.
 - Devemos exigir do poder público bons serviços.
- 02.** O autor defende seu ponto de vista, principalmente, por meio de
- Citações.
 - Exemplos.
 - Oposições.
 - Evidências.
 - Comparações.
- 03.** A partir do trecho “Essa falaciosa afirmação, que encontra eco em diversos setores sociais, rasga uma história de luta...”, entende-se que
- A história de luta repercute em todas as conquistas da sociedade.
 - Uma afirmação individual afeta negativamente a todos os grupos sociais.
 - Os diversos setores sociais são responsáveis pelas garantias conquistadas.
 - A fala de diversos setores da sociedade representa a luta pelos direitos adquiridos.
 - Muitos repetem uma falsa declaração que desconsidera as conquistas do passado.
- 04.** Em “A construção de um País mais seguro, livre, justo, tolerante e plural depende da afirmação...”, as vírgulas foram usadas para
- enumerar expressões explicativas.
 - destacar a explicação de um termo.
 - indicar que uma palavra foi suprimida.
 - separar elementos de uma sequência.
 - isolar um adjunto adverbial deslocado.



Leia o texto a seguir para responder às questões de **05** a **08**.

TEXTO 2

O garçom, o cão e os direitos humanos

A cena inusitada se deu em um restaurante. Eu acabara de pedir a conta e, enquanto esperava, fazia anotações em uma caderneta. O garçom, velho conhecido, me pergunta:

– E aí? Preparando uma reportagem?

– Não – eu disse, explicando que estava listando tópicos para um debate sobre direitos humanos para o qual fora convidado.

– Direitos humanos? Sou contra! – exclamou o garçom, com o cenho franzido.

Eu levei um susto. Perguntei a ele como alguém pode ser contra os direitos humanos. E só então percebi o tamanho do mal-entendido:

– Esse pessoal dos direitos humanos vive defendendo os bandidos sem se importar com as pessoas de bem!

A reação amarga e mal-humorada do garçom, sujeito boa-praça e brincalhão, é a prova de um tipo de corrupção que se tornou praga no Brasil: a da linguagem. A expressão "direitos humanos" foi destituída de seu sentido original para virar um aparato, um grupo, uma instituição – uma "coisa" talvez seja a palavra mais adequada – que existe "para ir lá e defender os bandidos".

[...] Eu trabalho com linguagem. Defendê-la contra sua distorção, portanto, é também uma tarefa minha como jornalista.

Imbuído dessa missão, e ciente de que precisava de mais e melhores argumentos para convencer meu amigo garçom de que ele estava sendo enganado pela corrupção da linguagem, peguei meu celular, dei uma busca no Google até achar uma conhecida charge do cartunista André Dahmer. Chamei meu camarada e mostrei o desenho: era um cachorrinho falando para outro simplesmente o seguinte: "sou contra os direitos dos animais!".

– Que cusco burro! – divertiu-se o garçom, de supetão, para depois cair em si e coçar a careca.

Paguei a conta e fui embora feliz de ter ao menos lhe deixado uma pulga atrás da orelha.

Marcelo Canellas. Disponível em: <https://diariosm.com.br/cultura/cr%C3%B4nica-o-gar%C3%A7om-o-c%C3%A3o-e-os-direitos-humanos-1.2126493> Acesso em: 10.08.19.

05. Comparando os textos 1 e 2, assinale a alternativa que apresenta o que é comum nos dois textos.

- a) As histórias de luta pela dignidade da pessoa humana.
- b) O debate sobre os direitos humanos afeta a toda sociedade.
- c) As pessoas não entendem o que significa "direitos humanos".
- d) O interesse do jornalismo em zelar pela inteireza da linguagem.
- e) A sociedade desconsidera as conquistas históricas da humanidade.

06. Releia o trecho a seguir.

A reação **amarga e mal-humorada** do garçom, sujeito **boa-praça e brincalhão**, é a prova de um tipo de corrupção que se tornou praga no Brasil: a da linguagem.

A relação entre as duas primeiras palavras destacadas e as duas últimas, que também estão em destaque, é de:

- a) Oposição.
- b) Causalidade.
- c) Dependência.
- d) Consequência.
- e) Condicionalidade.

07. Em “– Que **cusco** burro! – divertiu-se o garçom”, a palavra em destaque é um exemplo de

- a) registro oral.
- b) linguagem formal.
- c) linguagem técnica.
- d) expressão regional.
- e) palavras em desuso.

08. No trecho “Esse pessoal dos direitos humanos **vive** defendendo os bandidos”, a forma verbal destacada
- poderia também estar no plural concordando com “direitos humanos”.
 - está no singular porque concorda com o núcleo do sujeito “pessoal”.
 - se fosse flexionada no pretérito imperfeito não alteraria o sentido.
 - está no modo subjuntivo indicando uma situação rotineira.
 - está flexionada no pretérito perfeito do indicativo.

Leia o texto a seguir para responder às questões 09 e 10.



Disponível em: <https://www.bluebus.com.br/cartunista-andre-dahmer-lanca-charges-em-parceria-com-anistia-internacional/> Acesso em: 10.08.19.

09. O uso da palavra “fábula” no título sugere que o texto
- apresenta um diálogo entre seres inanimados.
 - descreve a relação entre humanos e animais.
 - é uma narrativa curta com dois personagens.
 - relata um comportamento dos animais.
 - traz um ensinamento moral.
10. Em “Sou **contra** os direitos dos animais”, a palavra destacada classifica-se morfológicamente como
- adjetivo.
 - advérbio.
 - conjunção.
 - preposição.
 - substantivo.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA

11. Raimundo tem um trabalho de 180 páginas para digitar. No primeiro dia ele digitou $\frac{1}{3}$ do trabalho; no segundo dia, $\frac{1}{3}$ do que faltava; e no terceiro dia o restante. Quantas páginas Raimundo digitou no terceiro dia?
- 40.
 - 60.
 - 80.
 - 100.
 - 105.



- 12.** Um comerciante de Capitão de Campos tem o hábito de vender suas mercadorias com lucro de 25% sobre o preço de compra. Se o preço de venda de uma mercadoria é R\$ 70,00, então o comerciante pagou por essa mercadoria:
- R\$ 56,00.
 - R\$ 58,00.
 - R\$ 60,00.
 - R\$ 62,00.
 - R\$ 65,00.
- 13.** Seja A um número natural menor do que 10. Qual a soma de todos os valores de A para que o número 98A6 seja divisível por 4?
- 8.
 - 9.
 - 15.
 - 20.
 - 25.
- 14.** A negação da proposição “*Se a maré estiver baixa, então irei a praia*” é dada por:
- Se a maré estiver baixa, então não irei a praia.
 - A maré estava baixa e não fui a praia.
 - A maré estava baixa e fui a praia.
 - Não é verdade que a maré estava baixa e fui a praia.
 - Vou à praia quando a maré está baixa.
- 15.** Qual das proposições seguintes é equivalente a “*Se Cássia nasceu em Capitão de Campos, então Cássia é piauiense*”?
- Cássia nasceu em Capitão de Campos e é piauiense.
 - Cássia nasceu em Capitão de Campos ou é piauiense.
 - Cássia não nasceu em Capitão de Campos e é piauiense.
 - Se Cássia não é piauiense, então Cássia não nasceu em Capitão de Campos.
 - Cássia nasceu em Capitão de Campos e não é piauiense.
- 16.** Qual das sentenças abaixo é uma sentença aberta?
- Paulo é inteligente.
 - Se Marcos é teresinense, então Marcos é piauiense.
 - João fala inglês ou francês.
 - $x + 2 = 5$, onde x é um número inteiro.
 - Para todo x inteiro, $x + 2 = 5$.
- 17.** Luís tem uma caixa com 20 bolas coloridas: 6 azuis, 5 vermelhas, 7 pretas e 2 verdes. Ele retirou ao acaso uma das bolas para dar de presente a seu amigo Carlos. Qual a probabilidade de Carlos ganhar uma bola azul?
- 60%
 - 50%
 - 40%
 - 35%
 - 30%
- 18.** Uma gráfica tem 10 impressoras que imprimem 80 páginas em 4 minutos. Em quanto tempo serão impressas 192 páginas, se apenas 8 impressoras estão funcionando?
- 9,6 minutos.
 - 10 minutos.
 - 12 minutos.
 - 12,5 minutos.
 - 13 minutos.



19. Felipe decidiu investir uma quantia em renda variável em uma aplicação recomendada pelo assessor financeiro de uma corretora. No primeiro mês ele perdeu 8% do total investido. No segundo mês, ele recuperou 30% do que havia perdido. Depois desses dois meses, decidiu retirar o saldo final, isto é, o montante de R\$ 9.440,00 e investir em renda fixa. Qual o valor inicial que Felipe investiu?
- R\$ 10.000,00.
 - R\$ 9.800,00.
 - R\$ 9.500,00.
 - R\$ 9.200,00.
 - R\$ 9.000,00.
20. No Brasil atualmente as placas dos veículos possuem 3 letras e 4 algarismos. Sabendo que as letras e os algarismos podem ser repetidos, quantas placas com o dígito das unidades, sendo um número par e, usando apenas as vogais, podem ser formadas?
- 62.500.
 - 625.000.
 - 6.250.000.
 - 6.750.000.
 - 175.760.000.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Acerca do Estatuto Geral das Guardas Municipais, assinale a alternativa **CORRETA**.
- O Município pode criar, por decreto, sua guarda municipal.
 - A Guarda Municipal é subordinada ao chefe do Poder Legislativo municipal.
 - A idade mínima de 16 (dezesseis) anos é requisito básico para investidura em cargo público na guarda municipal.
 - As Guardas Municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor preta.
 - As Guardas Municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.
22. De acordo com a lei federal nº 13.022/2014, compete às guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:
- Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Estado.
 - Encaminhar à Prefeitura, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário.
 - Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas.
 - Comandar a segurança de grandes eventos e a proteção de autoridades e dignatários.
 - Exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, rodovias estaduais e federais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
23. Com base no Código de Postura Municipal, especificamente quanto à moralidade e ao sossego público, é **INCORRETO** afirmar que:
- Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Município, exceto nos locais designados pela Polícia Militar como próprios para banhos ou esportes náuticos.
 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruídos, antes das 7 e depois das 20 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residência.
 - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.
 - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruído ou sons excessivos, evitáveis, tais como os produzidos por arma de fogo.
 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III (Da moralidade e do sossego público), será imposta a multa correspondente ao valor de 50% a 100% do valor de referência municipal vigente, sem prejuízo da ação penal cabível.
24. Conforme Lei Orgânica do Município, marque a alternativa **CORRETA**.
- A Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Educação são órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento institucional.
 - O Controlador Geral do município será nomeado pela Câmara Municipal e deverá ser servidor efetivo do Município.
 - O Setor de Tesouraria, o Setor de Orçamento e Contabilidade, e o Departamento de Arrecadação e Tributos, são órgãos diretamente subordinados à Secretaria Municipal de Finanças.



- d) A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo é o órgão responsável pela execução e conservação de obras do município, exceto as rurais.
- e) A Secretaria Municipal de Educação é o Órgão responsável pelas atividades educacionais e culturais, esporte e lazer do Município, competindo-lhe a elaboração de planos de educação e eventos culturais, bem como promover o Ensino Superior.
- 25.** Ainda sobre a Lei Orgânica do Município, ao responsável pelo Gabinete do Prefeito compete, **EXCETO**:
- a) Assistir o Prefeito nas suas relações com os municípios, autoridades federais, estaduais e municipais.
- b) Marcar e controlar as audiências do Prefeito.
- c) Atender e encaminhar aos Órgãos competentes, de acordo com o assunto que lhes disser respeito, as pessoas que solicitarem informações ou serviços da Prefeitura.
- d) Organizar o arquivo de documento e papéis que interessam diretamente ao Prefeito, exceto aqueles considerados de caráter confidencial.
- e) Assessorar o Prefeito em suas relações públicas; preparar relatórios, pareceres, portarias, resoluções, comunicados e despachos, em geral, de interesse da Prefeitura.
- 26.** “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” caracteriza o crime de:
- a) Furto.
- b) Estelionato.
- c) Roubo.
- d) Lesão.
- e) Furto qualificado.
- 27.** Assinale a alternativa que **NÃO** configura o crime de furto qualificado:
- a) cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- b) praticado com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
- c) realizado com o emprego de chave falsa.
- d) praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- e) realizado contra vítima que está em serviço de transporte de valores.
- 28.** Acerca da autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) A competência para realização do ato é da Polícia Militar.
- b) Sua concessão independe de autorização do Sistema Nacional de Armas.
- c) Poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada.
- d) Perderá sua eficácia, caso seu portador seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas, e seja reincidente.
- e) Sua concessão depende de autorização do Secretário Estadual de Segurança Pública.
- 29.** Quanto ao Tratamento do Usuário ou Dependente de Drogas, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) A internação voluntária é aquela que se dá sem o consentimento do dependente de drogas.
- b) A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, sem prazo máximo, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- c) Todas as internações poderão ser informadas ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização.
- d) A internação, em qualquer de suas modalidades (voluntária ou involuntária), só será indicada, quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- e) O término da internação voluntária somente ocorrerá por determinação do médico responsável.
- 30.** “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.” (Artigo 225, §2º, da Constituição Federal). Assinale a alternativa que contém o princípio correspondente à previsão constitucional supracitada:
- a) Princípio da prevenção.
- b) Princípio do usuário-pagador.
- c) Princípio da precaução.
- d) Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- e) Princípio do poluidor-pagador.
- 31.** Acerca das Infrações Administrativas em matéria ambiental, marque a alternativa **CORRETA**.
- a) As infrações administrativas são punidas exclusivamente com as sanções de advertência e multa.
- b) As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, não assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório.
- c) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental não é obrigada a promover a sua apuração imediata.



- d) Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.
- e) O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios não substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.
- 32.** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, **EXCETO**:
- a) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- b) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- c) A avaliação de impactos ambientais.
- d) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- e) A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, desobrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.
- 33.** Com base na Constituição Federal, marque a alternativa **CORRETA**.
- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas; afastada a obrigação de reparar os danos causados.
- b) As usinas que operem com reator nuclear não poderão ser instaladas.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização é vedada por lei.
- d) Para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo posterior de impacto ambiental.
- e) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- 34.** Com base na evolução dos direitos humanos em gerações, é **CORRETO** afirmar que o direito à moradia é considerado direito de:
- a) Primeira geração.
- b) Segunda geração.
- c) Terceira geração.
- d) Quarta geração.
- e) Quinta geração.
- 35.** Conforme a Declaração Universal de Direitos humanos é **CORRETO** afirmar que:
- a) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo em caso de guerra declarada.
- b) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, exceto do direito de mudar de nacionalidade.
- c) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- d) A escravidão e o tráfico de escravos serão permitidos de acordo com a Constituição de cada país.
- e) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, exceto o próprio, não podendo a este regressar.
- 36.** Quanto ao Estatuto do Idoso, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação ao Estatuto que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- b) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- c) É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.
- d) O referido Estatuto é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- e) Dentre os idosos, não é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos.
- 37.** Conforme o artigo 5º da Constituição Federal, marque a alternativa **CORRETA**.
- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, permitida a de caráter paramilitar, nos casos previstos em lei federal.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo ordem judicial.
- e) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.



38. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios:
- emitir moeda.
 - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
 - legislar sobre assunto de interesse regional.
39. De acordo com a Constituição Federal de 1988, **NÃO** são privativos de brasileiro nato os cargos:
- da carreira diplomática.
 - de oficial das Forças Armadas.
 - de Ministro de Estado da Defesa.
 - de Presidente do Senado Federal.
 - de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
40. Sobre os direitos políticos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 - São condições de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e de trinta anos para Senador.
 - O domicílio eleitoral na circunscrição constitui condição de elegibilidade, na forma da lei.
 - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
 - É vedada a cassação de direitos políticos.
41. Sobre o Poder Legislativo na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.
- O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
 - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
 - O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio proporcional.
 - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
 - Cada Senador será eleito com apenas um suplente.
42. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado aos juízes:
- exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que de magistério.
 - receber, salvo em circunstâncias excepcionais, custas ou participação em processo.
 - dedicar-se à atividade político-partidária.
 - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, vedada a possibilidade de a lei ressaltar exceções.
 - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
43. O princípio da Administração Pública que implica o dever de justificar os atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, além da correlação lógica entre os eventos e situações que lhes deram causa, a providência tomada, a sua compatibilidade com a previsão legal e, quando necessário, o juízo de valor, as razões de conveniência e oportunidade que justificaram a prática dos atos, trata-se do:
- princípio da especialidade.
 - princípio da presunção de legitimidade.
 - princípio da isonomia.
 - princípio da motivação.
 - princípio da impessoalidade.
44. Trata-se de ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta a alguém a inclusão em estabelecimento governamental para o gozo de um serviço público, o qual não pode ser negado a quem preencha os requisitos para tanto. O conceito em epígrafe corresponde à seguinte espécie de ato administrativo:
- admissão.
 - aprovação.
 - homologação.
 - licença.
 - autorização de serviço público.



45. Sobre a proibição de acúmulo de cargos por servidores públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) A acumulação remunerada de cargos públicos é permitida pela Constituição Federal e independe da compatibilidade de horários.
- c) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, no caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) É permitida a acumulação remunerada de três cargos de professor.
- e) A proibição de acumular não abrange empresas públicas e sociedades de economia mista.

46. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Os bens públicos podem ser livremente penhorados.
- b) Os bens públicos não podem ser alienados em nenhuma hipótese, motivo pelo qual se afirma que se submetem a um regime de inalienabilidade absoluta.
- c) Os bens de uso comum do povo são perfeitamente alienáveis, ainda que não sejam desafetados.
- d) Aos bens públicos não se aplica a regra da imprescritibilidade, de modo que podem ser adquiridos por usucapião.
- e) É possível a alienação de bens públicos móveis, desde que estejam desafetados, desvinculados da finalidade pública. Além disso, dentre os requisitos para a sua alienação, encontra-se a demonstração de razão de interesse público para justificar o ato e a avaliação prévia.

47. Sobre o cidadão e a educação para o trânsito, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes ao Código de Trânsito Brasileiro.
- b) É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.
- c) Os órgãos ou entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazos mínimos, sobre a

possibilidade ou não de atendimento, esclarecendo ou justificando a análise efetuada, e, se pertinente, informando ao solicitante quando tal evento ocorrerá.

- d) A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
- e) O CONTRAN estabelecerá, a cada dois anos, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.

48. Acerca das normas relativas à habilitação, no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Estados.
- b) O reconhecimento de habilitação obtida em outro país está subordinado apenas às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais, não se subordinando às normas do CONTRAN.
- c) A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental.
- d) O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada dois anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado.
- e) A formação de condutor de veículo automotor e elétrico será realizada por instrutor autorizado pelo órgão executivo de trânsito dos Municípios, pertencente exclusivamente à entidade credenciada.

49. Sobre as normas acerca do processo administrativo no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A infração deverá ser comprovada por declaração da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível, previamente regulamentado pelo CONTRAN.
- b) O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por setenta por cento do seu valor.
- c) Não incidirá cobrança moratória e não poderá ser aplicada qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, enquanto não for encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.



- d) O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal, sem o recolhimento do seu valor.
- e) Se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do infrator.

50. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA** sobre a segurança dos veículos.

- a) Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, de caráter facultativo, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.
- b) Não se incluem entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.
- c) Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer apenas as exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, não se sujeitando às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.
- d) O transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros pode ser realizado livremente, a critério do proprietário do veículo, sem qualquer sujeição às normas estabelecidas pelo CONTRAN.
- e) É proibido o uso de inscrição de caráter publicitário ou qualquer outra que possa desviar a atenção dos condutores em toda a extensão do para-brisa e da traseira dos veículos, salvo se não colocar em risco a segurança do trânsito.